

Nos esforços pela busca da paz

# Renamo deve corresponder ao desejo dos moçambicanos

— apelo do Presidente da República na sua comunicação à Nação por ocasião do 17º aniversário da independência nacional que hoje se assinala

O Presidente da República, Joaquim Alberto Chissano, apelou ontem à Renamo para que corresponda ao espírito do Governo e de todos os moçambicanos do desejo à paz. O Chefe do Estado moçambicano fez este apelo na sua comunicação à Nação, divulgada ainda na noite do mesmo dia pela RM e TVE, por ocasião da passagem do 17º aniversário da proclamação da independência nacional que hoje se assinala. Chissano disse que a violência não tem e nunca teve razão de ser, considerando que neste momento estão criadas as condições para que tudo seja feito na base de

diálogo. Na ocasião, ele referiu que o povo está cansado da guerra e de viver constantemente em situação de deslocado dentro do seu próprio país e nos países vizinhos. A seguir publicamos na íntegra a mensagem do Presidente da República, dirigida à Nação moçambicana por ocasião da passagem do 17º aniversário da proclamação da independência nacional, durante a qual assinalou também que a unidade, paz, reconciliação e reconstrução deverão ser, doravante, palavras de ordem de todos os moçambicanos independentemente das suas posições políticas ou crença religiosa.

Notícia  
25.6.92

①

«Moçambicanas;  
Moçambicanos;  
Compatriotas,

Passam dezassete anos que a FRELIMO, após 10 anos de luta armada de libertação nacional, proclamou a independência do nosso país, criando assim o Estado moçambicano.

O 25 de Junho de 1975 foi, para todo o povo moçambicano, um momento de grande euforia e esperança pela vitória contra o colonialismo. Abríamos assim uma nova página da nossa História multissecular, cobrindo de glória todos os sacrifícios consentidos ao longo da resistência contra a ocupação, a pilhagem, a opressão, a humilhação. O 25 de Junho de 1975, caros compatriotas, foi, sobretudo, um momento particularmente solene na assunção da responsabilidade de conduzirmos, nós mesmos, os destinos da nossa pátria.

Com efeito, na data que hoje passa assinalamos não apenas o décimo sétimo aniversário da proclamação da independência do nosso país, como também o trigésimo da criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que organizou e conduziu o povo moçambicano no combate vitorioso ao colonialismo.

Fruto dessa vitória, há já dezassete anos que o povo moçambicano, embora no meio de dificuldades e adversidades de toda a ordem, vem levando a cabo a gigantesca tarefa de reconstrução nacional.

A proclamação da independência foi e é o corolário fundamental da

unidade nacional conquistada no duro processo de luta pela libertação.

A unidade nacional foi e será sempre a primeira vitória do povo moçambicano. Ela deu origem à moçambicanidade, isto é, à nossa identidade própria, como povo e como Estado, no contexto da comunidade internacional.

Aprofundando a nossa unidade, desenvolvemos a nossa moçambicanidade, consolidamos a inde-

pendência nacional, condições imprescindíveis ao progresso e à prosperidade da Nação.

Moçambicanas;  
Moçambicanos,

Nos dezassete anos da independência, o nosso povo nunca conheceu uma paz efectiva, como consequência das manobras empreendidas pelo colonialismo visando negar a todo o custo a nossa liberdade.

A guerra que nos é movida do exterior e continua a dizimar milhares de moçambicanos, ao mesmo tempo que vota outros milhões à situação de deslocados, dentro e fora do país, constitui a continuação dessas manobras desesperadas dos inimigos do povo.

Na procura de pôr fim a esta guerra genocida sem precedentes na História do nosso continente, o nosso Governo tem estado empenhado num árduo processo de busca da paz, para o que tem contado com o apoio da comunidade internacional em geral e de alguns países em particular.

Apesar da flexibilidade demonstrada pelo nosso Governo, as conversações não têm sido fáceis. Desde Julho de 1990 que temos vindo a procurar a paz para o nosso país, através de um diálogo directo com a Renamo. É assim que, ainda em Dezembro do mesmo ano, assinámos o Acordo Parcial de Roma, segundo o qual as tropas zimbabueanas são confinadas ao longo dos corredores da Beira e do Limpopo e a Renamo compromete-se a não atacar esses mesmos corredores.

Durante o ano de 1991, lográmos outorgar dois protocolos. O primeiro desses protocolos é sobre os princípios fundamentais e por ele a Renamo compromete-se a, a partir da entrada em vigor do cessar-fogo, não combater pela força das armas, mas a conduzir a sua luta política na observância das leis em vigor, no âmbito das instituições do Estado existentes e no respeito das condições e garantias estabelecidas no Acordo Geral de Paz.

Por outro lado, ambas as partes assumem o compromisso de alcançar, no mais curto espaço de tempo, o Acordo Geral de Paz.

O segundo protocolo, assinado

ainda no ano de 1991, é sobre os critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos partidos políticos. Ele estabelece os princípios gerais para a formação, estrutura e funcionamento a observar pelos partidos políticos.

Estabelece ainda os direitos e deveres de cada partido, assim como os mecanismos para a sua legalização.

No decurso do presente ano outorgámos o protocolo número 3, que

compreende os princípios gerais que deverão orientar a redacção da Lei Eleitoral, bem como eventuais modificações às leis que estejam relacionadas com o desenvolvimento do processo eleitoral.

Como sempre, a nossa delegação está investida de plenos poderes para negociar tudo, até à assinatura do Acordo Geral de Paz, que desejamos seja ainda no culminar da presente ronda.

Apelamos para que a Renamo corresponda ao nosso espírito e a este desejo que é o de todos os moçambicanos.

O povo está cansado da guerra e de viver constantemente em situação de deslocado, dentro do seu próprio país e nos países vizinhos.

A violência não tem e nunca teve razão de ser. Estão criadas as condições para que tudo seja feito na base do diálogo. A alternância no exercício do poder é condição essencial de democratização do país e está consagrada no quadro da Constituição em vigor.

Compatriotas,

Como resultado das profundas transformações políticas, económicas e sociais operadas no nosso país, aprovámos em 1990 a nova Constituição da República.

A Constituição estabelece um novo quadro político nacional em que se destaca o pluralismo político, a democracia económica, a ampliação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, a livre participação das diversas iniciativas da sociedade civil, no contexto geral do

desenvolvimento nacional.

O Governo tem estado empenhado na definição de medidas legislativas que impulsionem a realização das bases constitucionais, particularmente no que concerne à melhoria das condições de vida das populações, pesem embora as extremas dificuldades impostas pela guerra e pelas calamidades naturais.

Na sequência da adopção da nova Constituição, foram já criadas as base:

legais para o estabelecimento de partidos políticos, permitindo a todos os moçambicanos associarem-se livremente para intervirem politicamente na gestão dos assuntos públicos.

A liberdade de associação constitui outro direito fundamental dos cidadãos já legislado e enormes associações surgem hoje no plano do desenvolvimento económico e social do país, uma actividade que é complementar à responsabilidade da

### Administração Pública.

Compatriotas,

Com a proclamação da independência nacional pela FRELIMO, o povo deixou de se esgotar com o cultivo obrigatório e opressivo para a indústria e exportações coloniais. Abriam-se largas perspectivas para o combate contra a fome.

Exponetaneamente, em numerosos pontos do território nacional floresceram iniciativas entre os camponeses e trabalhadores individuais, num vasto movimento de cooperativismo. O povo trabalhador engajou-se decididamente na frente da produção.

Em plena guerra chegámos a atingir índices elevados de produção.

Todavia, a intensificação da guerra movida do exterior criou a instabilidade e insegurança no campo, semeou o pânico, deslocou e afectou milhões de cidadãos. O país mergulhou numa generalizada situação de emergência. A produção caiu de forma vertiginosa. Agravou-se a dependência em relação ao exterior.

Não podemos deixar de saudar, neste momento, a contribuição da comunidade internacional na minimização do sofrimento do nosso povo.

Sabemos que o povo está apenas à espera de que a voz da razão se imponha aos que teimam em semear a morte e desgraça no seio dos próprios irmãos para, na paz, com maior determinação ainda, se engajar na produção, na eliminação da fome, da nudez e da miséria, na reabilitação do tecido ético-social e da criança traumatizada pelos horrores da guerra.

Compatriotas,

A inevitável concentração de esforços na frente militar levou-nos a desviarmo-nos da prioridade necessária a alguns aspectos essenciais no processo geral de administração pública.

Este facto contribuiu para que, por exemplo, a garantia da lei e da ordem, particularmente nas cidades, não fosse tomada com a atenção que merecia.

Aproveitando-se da situação, instalaram-se nas zonas urbanas redes de criminosos, desde ladrões vulgares, até aos assaltantes à mão armada, passando pelos traficantes e contrabandistas.

Para esta situação concorreu em grande medida a guerra, que leva a que milhares de moçambicanos sejam obrigados a abandonar os seus locais de origem, refugiando-se nas cidades, onde não têm abrigo nem forma honesta de subsistência.

Com alguma satisfação constatamos hoje que o esforço de reorganização das forças policiais se vem traduzindo gradualmente numa resposta adequada à onda de criminalidade nos centros urbanos. Sublinhamos aqui que as denúncias concretas e responsáveis dos cidadãos e sua participação são um ponto de partida decisivo para o combate à criminalidade.

# Renamo deve corresponder

(CONTINUADO DA 1ª PÁGINA)

A observância da Legalidade é uma obrigação constitucional, tanto para o Governo como para qualquer cidadão. Desde a adopção da nova Lei Fundamental o nosso Governo tem submetido à Assembleia da República propostas de instrumentos legais que permitem o cumprimento do estabelecido na Constituição. Várias leis têm sido debatidas e aprovadas pela Assembleia da República, ao mesmo tempo que, ao seu nível, as diversas instituições do Estado criam as condições para que seja respeitada a Legalidade.

É de saudar o esforço dos nossos deputados, governantes e demais cidadãos na procura da materialização prática do respeito pela lei que exigiram aquando da discussão da nova Constituição da República. Este esforço deve ser prosseguido.

Compatriotas,

O nosso país, assim como os restantes da África Austral, está a enfrentar a pior seca de que há memória nos últimos 50 anos. Milhares de moçambicanos estão ameaçados de morrer à fome.

Para o combate a mais esta calamidade que se abateu sobre o nosso povo, temos vindo a receber apoio da comunidade internacional, que nos envia víveres em forma de donativos.

Já por diversas vezes tivemos o ensejo de saudar esta solidariedade, apelando para que mais apoio seja canalizado às vítimas, uma vez que o que recebemos ainda se mostra insuficiente.

O nosso desejo é que sejam socorridos todos os moçambicanos que sofrem directamente os efeitos da seca, independentemente de se encontrarem nas zonas controladas pelo Governo ou nas regiões sob influência da Renamo. Para tal, temos lançado apelos à comunidade internacional no sentido de sensibilizar a Renamo para que permita a livre circulação das viaturas que transportam o auxílio humanitário.

Contudo, o apoio internacional, por si só, não será nunca suficiente para fazer face a esta tragédia. Todo o moçambicano é, pois, chamado a participar em acções concretas de solidariedade para com os seus compatriotas.

Somos igualmente chamados a dar o nosso melhor contributo na gigantesca tarefa de **reconstrução nacional** em todos os sentidos, especialmente no período que se seguirá ao cessar-fogo.

É neste quadro que dirigimos uma saudação especial aos esforços que estão sendo feitos pela sociedade civil, particularmente em prol do camponês, da mulher e da **criança**, principais vítimas da guerra, na luta contra a fome, a nudez, a miséria, o desemprego e o analfabetismo.

São visíveis em todo o país os esforços empreendidos pelas organizações não-governamentais e

pelas instituições religiosas moçambicanas, ao lado de inestimáveis iniciativas da comunidade internacional e de outros povos.

Exortamos toda a sociedade civil a prosseguir com este esforço, que terá que ser ainda maior no período pós-guerra.

**Unidade, paz, reconciliação e reconstrução** deverá ser doravante a palavra de ordem de todos os moçambicanos, independentemente das suas posições políticas ou crença religiosa. Só assim lograremos materializar o nosso sonho de tornar Moçambique num país próspero, de **paz, de democracia, de fraternidade, de justiça e de bem-estar para todos.**

Moçambicanas;  
Moçambicanos;

Nos esforços em que estamos engajados na busca da paz, consolidação da democracia, reabilitação económica e social, nos programas de emergência e pela reconstrução do nosso país, temos contado com um valioso contributo da comunidade internacional.

Neste momento em que o povo moçambicano celebra mais um aniversário da criação da FRELIMO, e da proclamação da independência, queremos assegurar a todos quantos nos apoiam que continuamos firmes e determinados a levar avante a tarefa que nos propusemos, de **criar o bem-estar e a prosperidade para todos os moçambicanos.** Continuamos a contar com todos quantos nos desejam o bem.

No plano internacional, a nossa política continua sendo a de respeito às normas que regem as relações internacionais, consubstanciadas nas Cartas das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana.

Preocupam-nos os acontecimentos que se têm vindo a registar na África do Sul, onde a violência continua na ordem do dia, apesar dos esforços que são empreendidos pelas forças anti-«apartheid» visando o estabelecimento de uma sociedade democrática onde todos tenham direitos e obrigações iguais. Fazemos votos de que a situação prevalente seja ultrapassada rapidamente, para se dar prosseguimento ao processo de reformas.

São também preocupantes as notícias que nos chegam de alguns países da Europa do Leste, onde os processos de mudanças estão a custar um preço demasiado elevado em perda de vidas humanas. Associamo-nos à comunidade internacional na exortação aos beligerantes para que cessem imediatamente a violência e encontrem formas pacíficas de resolver os problemas inerentes à transição para novas formas de organização política e social. Associamo-nos a toda a comunidade internacional na busca de soluções pacíficas de conflitos e diferendos, na luta por uma Nova Ordem Económica Internacional, pela

prosperidade, paz, liberdade, democracia, progresso e bem-estar de todos os povos.

Os problemas do meio ambiente, que levaram mais de uma centena de Chefes de Estado e de Governo a reunirem-se este mês no Rio de Janeiro constituem também preocupação do nosso Governo.

O nosso país testemunhou já directamente os efeitos que podem advir da poluição do meio, aquando do encalhe e afundamento ao largo da costa moçambicana do petroleiro «Katina P». Constatamos os efeitos de um clima adverso com a seca que assola o país. **Necessitamos de Paz e Desenvolvimento para melhor enfrentarmos estes problemas.**

Compatriotas;

No momento em que assinalamos a passagem do décimo sétimo aniversário da proclamação da independência, fruto da luta armada de libertação nacional conduzida pela FRELIMO, queremos saudar as Forças de Defesa e Segurança que, debatendo-se com enormes dificuldades de ordem material têm sabido, mesmo assim, defender a soberania conquistada à custa de muitos sacrifícios. Exortamo-las a não desfalecer, pois já não está longe o dia em que finalmente as armas se calarão no nosso país e todos nos poderemos dedicar à **reconstrução nacional e à criação das condições de bem-estar por que lutamos.**

Endereçamos uma mensagem especial de **solidariedade** às famílias que, como consequência desta injustificada guerra, perdem diariamente os seus entes queridos ou sofrem mutilações. A eles reafirmamos a nossa determinação de tudo fazermos para que, o mais breve possível, a paz chegue ao nosso país.

A todos os trabalhadores moçambicanos, engajados nas mais diferentes frentes de produção, endereçamos as nossas saudações, exortando-os a prosseguirem com abnegação na árdua tarefa de criar as condições materiais e espirituais para a felicidade do nosso povo.

A toda a sociedade civil, as organizações não-governamentais nacionais e estrangeiras, aos cooperantes em serviço no nosso país, às confissões religiosas, vai uma palavra de apreço pelo esforço que desenvolvem na procura de soluções para os diversos problemas que afectam a nossa sociedade e a nossa economia.

Compatriotas;

É nosso desejo que a unidade, a paz, a reconciliação e a reconstrução nacionais sejam a principal preocupação de todos os moçambicanos, no momento em que se avizinha o fim da guerra.

Viva o 25 de Junho!  
Viva a Independência Nacional!  
Viva o Povo Moçambicano!  
Pela Paz, a LUTA CONTINUA!»